



INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS-IHL
BACHARELADO EM HUMANIDADES

DAVITSON GOMES DA COSTA

**DINÂMICA DE INSERÇÃO DOS RECÉM-FORMADOS NO MERCADO DE
TRABALHO NA GUINÉ-BISSAU: CASO DOS ESTUDANTES DA UNILAB E UFC -
CE**

REDENÇÃO-CE
2017

DAVITSON GOMES DA COSTA

**DINÂMICA DE INSERÇÃO DOS RECEM-FORMADOS NO MERCADO DE
TRABALHO NA GUINÉ-BISSAU: CASO DOS ESTUDANTES DA UNILAB E UFC -
CE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Artemisa Odila Candé Monteiro.

REDENÇÃO-CE

2017

DAVITSON GOMES DA COSTA

**DINÂMICA DE INSERÇÃO DOS RECEM-FORMADOS NO MERCADO DE
TRABALHO NA GUINÉ-BISSAU: CASO DOS ESTUDANTES DA UNILAB E UFC -
CE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Artemisa Odila Candé Monteiro (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira-UNILAB

Prof. Dr. Ricardino Dumas Teixeira (1ª Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira -UNILAB

Prof. Dr. Marcus Vinicius Santos Dias Coelho - (2ª Examinador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira-UNILAB

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	JUSTIFICATIVA	6
3	OBJETIVOS	7
3.1.	OBJETIVO GERAL	7
3.2.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	7
4	REFERENCIAL TEÓRICO	7
4.1.	CONTEXTO GEOGRÁFICO DE GUINÉ-BISSAU	7
4.2.	ORGANIZAÇÃO CULTURAL EM GUINÉ-BISSAU	8
4.3.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE GUINÉ-BISSAU	8
4.4.	MERCADO DE TRABALHO EM GUINÉ-BISSAU	8
4.4.1.	Notas sobre o conceito de mercado de trabalho	8
4.4.2.	A situação dos recém-formados no mercado do trabalho	10
4.4.3.	Inserção das mulheres no mercado de trabalho em Guiné-Bissau.....	14
4.4.4.	Os homens no mercado de trabalho em Guiné-Bissau	17
4.5.	CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DE GUINÉ-BISSAU	19
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
5.1.	MÉTODOS DE PESQUISA	23
5.2.	TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	23
6	IMPRESSÕES DA PESQUISA.....	24
7	REFERÊNCIAS.....	24

1 INTRODUÇÃO

Por mercado, entendemos empiricamente como um espaço onde são negociadas as mercadorias. No mundo, quase todos os indivíduos (se não todos) precisam de mercadorias para viver, pois elas são necessidades dos homens como coisas que facilitam nossas vidas e que nos mantém vivos (alimentos, por exemplo). Segundo Karl Marx (2013, p. 113), “[a] mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. [...] elas provêm do estômago ou da imaginação”. As mercadorias são também produtos, pois elas são produzidas antes, seja por fenômenos naturais ou pela mão de obra humana, para se tornarem depois mercadorias. “[O]s corpos das mercadorias, são nexos de dois elementos: matéria natural e trabalho” (MARX, 2013, p. 120). Marx defende que “o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que ele produz, a única fonte da riqueza material” (2013, p. 121). E acrescenta que “o trabalho é o pai da riqueza material, como diz William Petty, e a terra é a mãe” (MARX, 2013, p. 121).

Com base nessas informações, podemos dizer que todas as mercadorias são produtos, pois qualquer que seja mercadoria passou antes por um processo de produção, seja simplesmente pelas forças naturais, ou pelas forças de produção dos homens; mas nem todo produto é mercadoria, de modo que, nem tudo que é produzido, seja pela natureza ou pelo homem, é levado para o mercado, ou seja, transformado em mercadoria para trocar com outros produtos. O homem produz para o seu uso, mas também, devido a outras necessidades causadas pela divisão do trabalho social, utiliza os seus produtos para troca (MARX, 2013). Para trocar os seus produtos com mais facilidade, é preciso levá-los para um espaço onde as pessoas vão à procura de produtos para trocar com os seus produtos, isto é, as pessoas vendem e compram produtos transformados em mercadorias.

Como toda mercadoria é produto, a força humana de trabalho também é produzida. Ela é desenvolvida a partir de treinamentos ou mesmo a partir da nutrição dos alimentos que consumimos desde o dia do nosso nascimento. Para vendê-la, ou para trocá-la, a força de trabalho foi preciso um mercado. A esse mercado específico, onde as pessoas vendem as suas forças de trabalho, deu-se o nome de **mercado de trabalho**.

A ideia de investigar mercado de trabalho surgiu contexto de observação empírica da realidade dos estudantes bissau-guineenses na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). A maior parte destes estudantes, a partir de nossas interações, alegam não voltar ao país de origem, Guiné-Bissau, depois de graduarem justificando que há falta de emprego no país. Preferem permanecer no Brasil e tentar as vagas

nas universidades federais para continuar os estudos ou procurar o caminho para outros países, sempre movidos pela busca de conhecimento de melhores condições de vida. Vale a pena ressaltar que, em 2015, o ano que entramos na UNILAB, havia estudantes bissau-guineenses dessa mesma entrada (2015.1), que diziam ser de um grupo chamado “Enter”, cuja a finalidade é a de passar para frente, apertando a tecla “Enter”, sem voltar para traz. Por esses motivos, surgiu o interesse de pesquisar a dinâmica de inserção dos recém-formados no mercado de trabalho em Guiné-Bissau, observando mais especificamente o caso dos estudantes da UNILAB e da Universidade Federal do Ceará (UFC). Pois, na situação em que o país se encontra, como será a dinâmica da inserção destes estudantes, futuros profissionais, que estas universidades estão proporcionando? É importante frisar que, a razão da inclusão da UFC na pesquisa foi necessária devido à falta do público-alvo que a UNILAB apresenta: uma universidade jovem que ainda tem um número muito pequeno dos graduados guineenses que voltaram para o país em busca de emprego. Além disso, a UFC possui vínculo com UNILAB.

2 JUSTIFICATIVA

A grande relevância deste trabalho se baseia na falta de emprego que Guiné-Bissau apresenta desde sua independência. Esta carência atinge diretamente estudantes guineenses que recorrem à diáspora em busca de condições melhores de estudo e vida e que alegam o mesmo motivo para não regressarem ao país de origem.

Tendo em vista os sentimentos de frustração causados nos recém-formados por ficarem muito tempo sem emprego e as dúvidas dos familiares em relação ao investimento na formação destes, a abordagem desta temática é muito importante, no sentido de proporcionar um debate sobre este fenômeno e contribuir na divulgação deste, uma vez que a pesquisa objetiva também trazer à tona as causas das dificuldades destes recém-formados de se inserirem no mercado de trabalho formal em Guiné-Bissau.

Essa abordagem temática seria um instrumento muito importante que, junto dos outros trabalhos da mesma linha, vai contribuir de algum modo para fornecer subsídios na criação de meios de resolução do problema (problema este que, inclusive, tem suas influências no desenvolvimento e crescimento do país). Na ciência, o trabalho pode suscitar interesses de pesquisa na mesma área, tendo assim o acréscimo das chances de resolver este problema e também contribuirá como meio de consulta nos estudos posteriores.

Um dos motivos dessa escolha foi que, em vários momentos da nossa vida em Guiné-Bissau, escutamos – e é com grande certeza que afirmo que a maioria dos guineenses também já escutaram – alguém a dizer o seguinte: “*Si m’bai n’ka na riba*”! Tradução direta

da língua *crioula* guineense para o português: “se eu for não voltarei”! Isto é, as pessoas advertem que, se forem pra Europa, jamais voltarão à Guiné-Bissau. Existe até uma música que pode ser acessada no *youtube* sobre o assunto: “Si m’bai pa terra branco” de “Rock Salim” e “Nigga O”.

Podemos considerar que é verificado, em termos de experiência de vida, uma concretização desta ideia no comportamento dos estudantes guineenses durante todo esse tempo que nos encontramos na UNILAB. Mas, neste caso, as pessoas só recusam o retorno ao país de origem utilizando a seguinte justificativa: “se eu voltar não vou conseguir emprego”. Outro motivo também é a existência do grupo “Enter” mencionado acima.

Diante disso, surgiu a indagação: qual é a perspectiva da inserção no mercado de trabalho guineense, do volume dos estudantes que a UNILAB está a formar, diante da dificuldade de empregabilidade já conhecida no país há anos? Eis o motivo da decisão de realizar uma pesquisa sobre o mercado de trabalho em Guiné-Bissau.

3 OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

Compreender a dinâmica de inserção dos recém-formados no mercado de trabalho formal em Guiné-Bissau, mais especificamente egressos da UNILAB (CE) e da UFC, para melhor entender a falta de emprego alegado por eles.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as principais dificuldades dos bissau-guineenses egressos da UNILAB (CE) e da UFC para se inserirem no mercado de trabalho e os meios utilizados para a superação das dificuldades;
- Analisar e caracterizar o perfil das amostras;
- Conhecer os desafios enfrentados e as suas superações por estes estudantes nesta dinâmica para se inserir no mercado.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1. CONTEXTO GEOGRÁFICO DE GUINÉ-BISSAU

Situado na Costa Ocidental da África, um país plano com clima tropical; Guiné-Bissau tem uma superfície plana de 36.125km², incluindo mais de 80 ilhas do arquipélago dos bijagós. Mas apenas 24.800 km² é território habitável – por uma população estimada em cerca de 1.500.000 habitantes – devido a inundações das marés fluviais e pelo alagamento causado pelas chuvas regulares e periódicas. O país faz fronteiras com a República de Senegal ao

Norte, a Leste e ao Sul com a República de Guiné-Conakry e toda a sua extensão ocidental é banhada pelo oceano Atlântico (AUGEL, 2007). A Guiné-Bissau apresenta, segundo dados do Banco Mundial (2016), um “PIB de US \$ 1.13 bilhões” com um crescimento de “5.6% anual”.

4.2. ORGANIZAÇÃO CULTURAL EM GUINÉ-BISSAU

Sem fugir do padrão dos países africanos, Guiné-Bissau também é um mosaico de culturas formado por grupos populacionais de origens diversas. A sua principal língua de comunicação é o *crioulo*, mas o português é a língua oficial. Conforme mostra Scantamburlo (1997 apud AUGEL, 2007), existem 27 grupos étnicos, cada um com sua língua diferente, mas devido a existência de grupos, subgrupos, também os critérios são bastante variáveis, esta quantificação não é unânime entre os autores. Porém, de acordo com Augel (2007), os mais numerosos são: Balantas (27%), os Fulas (22%), os Mandingas (12%), os Mandjacos (11%) e os Papéis (10%).

4.3. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE GUINÉ-BISSAU

A República da Guiné-Bissau está subdividida em oito regiões, que são: região de Bafatá, composto por seis setores (Bafatá, Bambadinca, Contuboe, Golomaro, Gamamundo e Xitole); região de Biombo, três setores (Prabis, Quinhamel e Safim); Bolama/Bijagós, três setores (Bolama, Bubaque e Caravela); Cacheu, seis (Bigene, Bula, Cacheu, Caió, Canchungo e São Domingo); Gabú, cinco setores (Madina do Boé, Gabú, Pirada, Pitche e Sonaco); Oio, cinco setores (Bissorã, Farim, Mansaba, Mansoa e Nhacra); Quínara, quatro setores (Bula, Empada, Fulacunda e Tite); e região de Tombali, que abrange quatro setores (Bedanda, Cacine, Catió e Quebo). O país ainda conta com setor autônomo de Bissau e o arquipélago dos Bijagós (TEIXEIRA, 2015)

4.4. MERCADO DE TRABALHO EM GUINÉ-BISSAU

4.4.1. Notas sobre o conceito de mercado de trabalho

De acordo com Oliveira e Piccinini (2011), existem poucos estudos que refletem sobre teorias conceituais de mercado de trabalho, mesmo que sendo muito comum encontrar textos que procuram dimensioná-lo, compreendê-lo e explicar as mudanças sofridas devido a evolução tecnológica e das alterações nos padrões econômicos. Estes autores alegam que o termo “mercado de trabalho” não carece de novas análises, pois se apresenta já muito bem

definido, talvez pelo fato de que se trata de um dos primeiros conceitos ao tentar explicar relação trabalhadores e organizações (OLIVEIRA e PICCININI, 2011).

Ao analisarmos *A Riqueza das Nações* de Adam Smith (1996), é possível perceber que o conceito de mercado de trabalho aparece de forma muito abstrata, não definida de concreto. Nesta obra, compreendemos claramente o que o autor pretende dizer com o termo mercado quando se trata das trocas entre nações e, do mesmo jeito, fica muito claro o significado de trabalho quando ele aborda sobre o aprimoramento nas forças produtivas do trabalho. Na obra *O Capital* de Karl Marx (2013), vimos que é necessário que as mercadorias cheguem ao mercado para serem trocados; portanto, para isso, elas necessitam de pessoas humanas que servirão como proprietários. Ainda na mesma obra, Marx (2013, p. 119) afirma que, “o trabalho, na medida em que se expressa no valor, já não possui os mesmos traços que lhe cabem como produtor de valores de uso”. Nestas perspectivas, se consolidarmos essas teorias, podemos extrair facilmente o conceito de mercado de trabalho: se resume em um espaço, físico ou abstrato, para venda e compra de forças de trabalho. Mas não é simplesmente isso e pronto. Conforme Oliveira e Piccinini, nas análises destes clássicos da economia, percebe-se que:

No sentido clássico, o trabalho é um produto, no qual os trabalhadores são vendedores, os empregadores atuam como compradores, os salários são considerados, o preço e o mercado de trabalho representam o espaço onde ocorrem estas transações (OLIVEIRA e PICCININI, 2011, p. 1520).

Então, neste sentido clássico, epistemologicamente, assim é a representação e o entendimento do mercado de trabalho, para a qual podemos entender o modo de comercialização de trabalho, de forma superficial. Para estes últimos autores, depara-se com muitas limitações nas outras maneiras de conceituar o mercado de trabalho, no tocante às relações entre indivíduos, instituições e sociedade.

No entanto, a compreensão predominante sobre o mercado de trabalho está inevitavelmente impregnada dos pressupostos presentes no vocabulário mais usual, em que prevalece a visão de um “lugar” (eventualmente abstrato) onde o conjunto de ofertas e de demandas de emprego se confrontam e as quantidades oferecidas e demandadas se ajustam em função do preço, isto é, dos salários no mercado de trabalho (OLIVEIRA e PICCININI, 2011, p. 1519).

Se formos além desta simples forma de entender o mercado de trabalho como qualquer outro mercado, é possível nos depararmos com diversas complicações que seria preciso recorrer outros caminhos, como a análise de várias características desse mercado para melhor conceituá-lo, por isso leva a limitações.

O mercado de trabalho, como o espaço em que ocorrem estas relações, modifica-se constantemente, dando origem a múltiplas formas de compreender como estas

relações podem se efetuar. Desta forma, considerá-lo como um conceito constante sem revisitá-lo e questioná-lo ao longo do tempo implica negar o caráter dinâmico da sociedade (OLIVEIRA e PICCININI, 2011, p. 1519).

De acordo com a passagem acima, a sociedade modifica mercado de trabalho e, não só, como também modifica todas as suas outras formas de relações em razão de sua característica dinâmica. Desta forma, é sempre necessário revisar o conceito de mercado de trabalho, pois sendo uma relação social ela muda com as alterações sociais, dando diversas formas de compreendê-lo.

A palavra “mercado” no dicionário de economia de Sandroni (1985, p. 267) aparece assim descrita: “[e]m sentido geral, o termo significa um grupo de compradores e vendedores que estão em contato suficientemente próximo para que as trocas entre eles afetem as condições de compra e venda dos demais”. Para entendermos melhor nosso assunto, verificamos no mesmo capítulo desta obra que, “de acordo com a natureza da mercadoria, distinguem-se os mercados monetário, de trabalho, de produto etc., conforme o critério abordado” (SANDRONI, 1985, p. 268). Em perspectiva de reforçar ainda mais o entendimento sobre o conceito mercado de trabalho, procuramos o significado de trabalho, que na mesma obra de Sandroni, refere-se a:

Um dos fatores de produção, é toda atividade humana voltada para a transformação da Natureza, com o objetivo de satisfazer uma necessidade. [...] O trabalho assalariado é típico do modo de produção capitalista, no qual o trabalhador, para sobreviver, vende ao empresário sua força de trabalho em troca de um salário (SANDRONI, 1985, p. 434).

Seguindo o raciocínio, de acordo com as definições de mercado e de trabalho, o mercado de trabalho pela natureza da sua mercadoria, o trabalho, é uma relação social entre compradores e vendedores em contato muito próximo, que garante a possibilidade de troca entre todos os membros. O trabalho assalariado é o nosso ponto de enfoque, visto que ele é puramente capitalista, conforme a citação acima, o trabalho assalariado é necessário para que um indivíduo da classe proletária se sobreviva.

4.4.2. A situação dos recém-formados no mercado de trabalho

Há necessidade, para alguns jovens, de refazer seus planos de vida, projetando assim novas linhas de percurso como, por exemplo, optar por fazer um novo curso universitário ou uma pós-graduação, demora na construção de uma nova família, a aceitação de um emprego de menor remuneração para a aquisição da experiência na profissão, a ocupação de um emprego numa área diferente da sua formação ou a busca de trabalho através

da emigração. Tais necessidades são causadas pelo sentimento de frustração em relação a suas expectativas de rápido ingresso e estabilidade no mercado de trabalho após a graduação (MELO e BORGES, 2007).

No caso dos estudantes bissau-guineenses, aos quais propomos estudar, poderíamos pensar que é esta a situação com a qual eles estão se enfrentando. Mas, a mesmo tempo, devemos nos lembrar que eles reclamam da falta de emprego no país de origem deles, Guiné-Bissau, e pensar que pode ser a mesma falta de emprego que leva a frustração dos jovens, obrigando-os a reformular seus projetos de vida, conforme citado acima. Nesse ensejo, uma das motivações para desenvolver este projeto de pesquisa é demonstrar, de forma hipoteticamente, que a ameaça do desemprego e a ociosidade está a influenciar jovens a abandonar ou a não regressar para o país.

De acordo com Sarriera e Verdin (1996 apud MELO e BORGES, 2007), o período da transição da escola para o trabalho é crítico para o desenvolvimento da juventude, devido à perda de status de aluno e do apoio da escola, a perda da influência da família, pela necessidade do indivíduo de construir a própria identidade, a falta do status do trabalhador e do apoio da empresa. Isso pode levá-los a se sentirem impotentes, inseguros e desorganizados caso estes não estejam preparados e apoiados para a aquisição de status de cidadão ativo e produtivo e, conseqüentemente produzirão sentimentos de adoecimento, de comportamentos antissociais ou de fuga da realidade. Conforme mostra Gazo:

...a resolução de momentos-chave, que se constituem em sub processos de transição ocorridos nos diferentes âmbitos da vida do jovem (na universidade, no trabalho, na família e na comunidade), determina o processo total de transição e conduz o jovem a uma diversidade de trajetórias até a fase adulta (GAZO-FIGUERA, 1996 apud MELO e BORGES, 2007, p. 383).

Dando seguimento à reflexão do Gazo-Figuera, a transição universidade-trabalho se dá a partir da resolução dos momentos-chave que vão seguir a diversos caminhos, da juventude à vida adulta. Segundo ela, estes momentos compreendem: universidade, trabalho, família e comunidade. Com isso, percebe-se que os estudantes precisam de apoio e orientação por parte da universidade e da empresa para alcançar certa maturidade demandada pela vida adulta na comunidade. Do mesmo modo que Sanchis (1997), Gazo-Figuera, (1996 apud MELO e BORGES, 2007, p. 383), “entende que a universidade deve assumir um papel de apoio ao estudante para facilitar a inserção no mercado de trabalho”. Para isso, segue a seguinte sugestão da autora:

(...) o desenvolvimento de programas de orientação e de intervenção, durante a fase de transição ao mercado de trabalho, que sigam as seguintes recomendações: (a) aplicação em contextos próximos do aluno; (b) treinamento em habilidades de

tomada de decisão e busca de emprego; (c) desmitificação de percepções e de conceitos que reforcem a conduta passiva frente ao mercado de trabalho; (d) construção de programas de desenvolvimento pessoal para estudantes com problemáticas específicas; (e) integração a uma política de emprego que facilite a atuação em nível micro contextual (GAZO-FIGUERA, 1996 apud MELO e BORGES, 2007, p. 383).

Analisando, em síntese, a autora recomenda o desenvolvimento de programas para a orientação no período da transição, que serve como política educacional no âmbito da orientação universitária. Na nossa interpretação, a universidade precisa assumir um papel além de simples atribuidor de conhecimentos ao estudante.

Falar dos recém-formados, na sua maior parcela hoje em dia, na nossa percepção, implica falar dos jovens. Conforme identificaram Cardoso e Sampaio (1995 apud MELO e BORGES, 2007), são dois enfoques da juventude na sociologia: (1) a generalização e (2) a especificidade. O primeiro enfatiza a ideia genérica de juventude como uma “geração” propulsora de mudanças sociopolíticas e culturais de épocas marcadas por grandes acontecimentos históricos. O segundo enfoque defendido por Melo e Borges (2007), a visão da juventude é voltada para o seu caráter diversificado, no qual se focam grupos específicos de jovens cuja suas diferenças e semelhanças com contemporâneos ou com outras gerações se baseiam nas experiências concretas de vida. Assim, “tais diferenças entre os jovens se vinculam às experiências de cada geração e aos contextos específicos e globais aos quais pertencem” (COSTA, 1996; QUAPER-DUARTE, 2001 apud MELO e BORGES, 2007, p. 378).

Se os grupos de jovens se diferenciam entre si, os jovens universitários (minoritários no Brasil), no período de transição de uma condição de estudante para profissional, devem ser investigados como um grupo distinto dos demais, identificando-se as particularidades de sua inserção no mercado de trabalho e os obstáculos que vivenciam para manter-se nesse mercado (MELO e BORGES, 2007, p. 378).

No que se refere aos licenciados ou graduados, objeto de análise neste trabalho, em Guiné-Bissau, também, a maior parte dos recém-formados (graduados) são jovens: um grupo específico, diferente dos demais, conforme citado. Por essa razão, pretendemos analisar algumas situações, seja no sentido geral, que abrange todos os jovens, ou específico, no caso os recém-formados.

Em vista disso, Barros (2010), aborda que, mesmo com o progresso na primeira década da pós-independência de Guiné-Bissau, é verificado progressivamente a degradação da qualidade do ensino (primário e secundário), alegando que esta foi provocada pelo desengajamento estatal relativo à educação, principalmente depois da liberalização econômica e política, devido às políticas de Ajustamento Estrutural. O autor alega ainda que:

Esta situação tem levado a que muitas famílias, em particular nas zonas rurais no período da campanha da castanha de caju (abril/junho) transfiram a ocupação dos seus filhos das salas de aula para o trabalho na colheita da castanha, principal fonte de renda das famílias. Atualmente, o analfabetismo atinge mais de 60% da população e mesmo os que conseguem frequentar a escola, não dominam o português que é a língua oficial (BARROS, 2010, p. 4).

O referido autor aponta para uma má gestão do Estado no que se refere à política para setor de ensino, que apresenta uma qualidade cada vez pior. Com esta situação, muitas famílias optam por orientar seus filhos a ganhar dinheiro de outra forma, através da colheita de castanha de caju, por exemplo. Estas situações possivelmente causaram o elevado nível de analfabetismo anteriormente mencionado.

Mas não foi só no setor de ensino que o Estado de Guiné-Bissau fracassou. Também falhou com a preparação da juventude como uma “geração” propulsora de mudanças sociopolíticas e culturais, uma camada social que precisa ser apoiada para uma boa transição à vida adulta.

No entanto, embora o país tenha ensaiado na primeira metade do ano dois mil a elaboração de um documento quadro para uma política do emprego e de um plano nacional da juventude na Guiné-Bissau, nunca chegou a ser implementado visto que foi mais uma imposição dos doadores do que propriamente fruto do engajamento do Governo, pois até ao momento o país continua sem uma política da juventude e sem uma estratégia clara para este sector, deixando espaço para intervenções atomizadas e descontínuas, principalmente no campo de emprego e ação cívica (BARROS, 2010, p. 5).

Parafraseando o autor citado acima, percebe-se que há uma fraca capacidade de engajamento do governo nas políticas para a proteção e apoio aos jovens. Deste modo, autor nos leva a entender que existe certa imposição dos doadores e uma certa dependência por parte do Estado bissau-guineense na realização de políticas, referenciando aqui a de apoio aos jovens, no qual ele justifica sua tese com o motivo de não existir nenhuma dessas políticas e sem uma estratégia clara para este setor.

Ao tentar mostrar o paradoxo que existe na definição dos conceitos e discursos sobre a redução da pobreza nos grupos sociais, Barros (2010) referenciou três sub mercados laborais: **a) setor rural**, forma independente de trabalhar, representado pela ausência de assalariados e/ou contratados, motivo pelo qual o rendimento pessoal nesse setor é o resultado da distribuição do produto da sua parcela, que o autor chamou de “quase salario”, usualmente é feita entre os membros da sua família que laboram; **b) setor urbano moderno**, constituído pela administração pública e empresas do setor público na sua essência, sendo assim reduzidas as atividades do setor privado formal. O bloqueio deste setor tem sido a consequência da sua má gestão e contra produções decorrentes. Sendo assim gerada, em

Guiné-Bissau, maior parte (mais de 80%) da possibilidade de emprego fora deste setor; **c) setor informal**, depois da agricultura, é o melhor potencial de crescimento de emprego no país, igual acontece na maioria dos países da África subsaariana. Estima Organização Internacional do Trabalho (OIT), mais de 60% do emprego urbano total é representado por este setor e 25% do emprego total dos diferentes setores (BARROS, 2010).

Em linhas gerais, isso mostra que a falta de emprego formal pode não ser considerado como desemprego. Contudo, as pessoas estudam para se inserirem no setor formal, já que isso levou muitas pessoas a ser criativos arrumando estratégias para ganhar a vida, através de um emprego informal. Segundo Pais (2003 apud BARROS, 2010), da forma como foram entendidas, o conceito de emprego e de desemprego, manifestam-se de acordo com realidade vivida por jovens. Em vez de fim de trabalho, o que parece ocorrer é a substituição de um emprego formal por um emprego informal, precário e autocriado, garantindo estabilidade com benefícios assistenciais. Levando em consideração esse raciocínio, Barros nos mostra que

[n]este contexto, onde o sistema do ensino não medeia de forma objetiva a relação do indivíduo com o mercado de trabalho, a ‘informalização’ da economia, sobretudo na capital, tem-se revelado como uma das principais estratégias da população para encontrar oportunidades de inserção e ascensão social e económica. (BARROS, 2010, p. 4)

Assim, na nossa percepção, as dificuldades e a precariedade com que esta forma de se empregar apresenta é que a torna, ou melhor, leva as pessoas a inferiorizá-la.

É importante enfatizar que, atualmente, existe apenas uma universidade pública na Guiné-Bissau, funcionando a meio gás. Este fato, na nossa análise, leva a pensar que uma política de apoio aos jovens universitários, que vai mediar a relação do indivíduo com o mercado de trabalho, está longe de ser implementada.

4.4.3. Inserção das mulheres no mercado de trabalho em Guiné-Bissau

Atualmente, em sociedades contemporâneas, são observadas várias conquistas das mulheres, principalmente no que se refere as suas funções e seu lugar na sociedade em geral. Conforme escreve Sanca Ilda (2014, p. 12), “[a]pesar dos avanços na consolidação das leis sobre direito das mulheres nos países desenvolvidos, este desafio ainda está na sua fase inicial na África, sobretudo em Guiné-Bissau”. São, assim, reduzidas as funções das mulheres aos trabalhos domésticos, comércio informal, cuidados dos filhos, etc. (SANCA, 2014).

A intensa inserção das mulheres no mercado de trabalho foi verificada durante as duas grandes guerras mundiais – a primeira no período de 1914 a 1918 e a segunda entre 1939

e 1945 –, como o resultado daqueles contextos. Idealmente, enquanto os homens iam para batalha, as mulheres objetivamente assumiam a posição dos homens (negócios da família e posições no mercado de trabalho). Mas os resultados da guerra (morte de muitos homens, mutilações físicas e traumas psicológicos dos que sobreviveram) obrigara a permanência e a inserção das mulheres no mercado de trabalho (em países da Europa, e nos Estados Unidos e Japão) e seus engajamentos em levar os negócios para frente, deixando atividades domésticas que faziam antes. Entretanto, seus trabalhos não eram muito valorizados, por isso são considerados informais (PROBST, 2013 apud SANCA, 2014).

Para Sanca Ilda (2014), uma significativa diferença que existe entre os homens e as mulheres no tocante à alfabetização em Guiné-Bissau influencia bastante na baixa qualificação das mulheres guineenses para se inserirem no mercado de trabalho. Segundo Augel (2007 apud SANCA, 2014), 74% da população guineense, de acordo com a técnica de cálculo, é composta analfabetos. Esse percentual atinge de forma desigual as mulheres, que apresentam 82%, e os homens apresentam 59%. A baixa taxa de escolaridade estimada em 54% também apresenta uma clara diferença entre os gêneros: rapazes 68% e meninas 38%. Para aprofundar mais no fato da desigualdade alfabética entre os gêneros masculino e feminino, analisamos o relatório do quarto Inquérito por amostragem aos Indicadores Múltiplos (MICS4°, sigla em inglês) sobre Guiné-Bissau, que diz o seguinte:

Na Guiné-Bissau, 40% das mulheres jovens com a idade entre 15-24 anos são alfabetizadas. Entre as mulheres dos agregados mais pobres, somente 12% são alfabetizadas, enquanto que a taxa de alfabetização cresce com o aumento do poder econômico e entre as mulheres vivendo nos agregados mais ricos, esta taxa atingi os 73%. (MEPIR, 2010, p. 16)

Com isto apresentado, percebe-se que, nas zonas mais pobres, as mulheres têm pouco participado na aprendizagem escolar. Algumas razões para ocorrer isso podem ser a centralização da economia e das políticas educacionais em Bissau, além da resistência das culturas tradicionais. Conforme mostra Sanca Ilda (2014, p. 17), “a grande variedade cultural marcada por etnias presentes no país também gera fortes impactos na redução de ascensão social das mulheres, principalmente das populações que vivem nas pequenas aglomerações rurais”, entre outros. Entretanto, nas zonas mais desenvolvidas (mais ricas), verifica-se um número muito diferenciado de mulheres, entre 15-24 anos, alfabetizadas em relação às que vivem nas zonas mais pobres. Mas, mesmo assim, o percentual dessas mulheres, quando somado (40%), revela um nível de analfabetismo muito alto e superiormente desigual em relação aos homens.

Analisando um pouco sobre a situação dos direitos humanos das mulheres em Guiné-Bissau, a partir do relatório da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH, 2012), vimos que o país apresenta e adquiriu instrumentos jurídicos nacionais e internacionais que consagram formalmente o princípio da igualdade entre as pessoas de diferentes sexos e a consequente necessidade de adoção de medidas adequadas de proteção dos direitos das mulheres. Alguns exemplos destas leis jurídicas são: os artigos 24º e 25º da Constituição da República da Guiné-Bissau (CRGB), que estipula a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de raça, sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica, e ainda que a mulher e o homem são iguais em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural perante a lei. Outra lei que foi assinada, e ratificada em 1985 pelo governo de Guiné-Bissau, foi a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação (CEDAW, sigla em inglês) que protege os direitos das mulheres. De acordo com o relatório da LGDH (2012, p. 26), “Estes preceitos constitucionais traduzem a recessão na ordem jurídica interna das disposições contidas nos artigos 1º e 2º da CEDAW, relativamente à igualdade entre a mulher e o homem e à não discriminação contra a mulher”. Da mesma forma,

O país assinou a 12 de setembro de 2000, o Protocolo Facultativo à CEDAW que foi ratificado em 28 de fevereiro de 2008, e o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos Relativos aos Direitos das Mulheres em África, comumente conhecido pelo Protocolo de Maputo, foi ratificado através da resolução Nº 25/2007 da ANP. (LGDH, 2012, p. 26)

Apesar destas e das demais leis, que foram criadas e implementadas, o relatório da LGDH mostra que os direitos das mulheres continuam sendo, em todos os sentidos, violados e desrespeitados na prática. O mesmo complementa ainda que a razão desse fato se encontra principalmente na discriminação histórica, não só com relação aos direitos políticos como também aos direitos civis. Os direitos básicos e posições jurídicas elementares (acesso à educação, a saúde, ao sistema judiciária, a herança, a terra, etc.) sempre foram recusados às mulheres e continuam ainda a ser negados (LGDH, 2012).

Apesar das discriminações sofridas, as mulheres bissau-guineenses, que representam mais de metade (51,5%, um efetivo de 746.404 de acordo com o censo populacional 2009) da população, apresentam um papel muito importante na sociedade e uma contribuição visível em todos os níveis. Elas têm importantes participações nas atividades económicas, nomeadamente ao nível de produção rural familiar e no quadro do setor informal nas zonas rurais e urbanas, as suas essenciais contribuições na educação das crianças, saúde

dos membros da família e suas responsabilidades na realização de trabalhos domésticos (LGDH, 2012).

De acordo com Sanca Ilda (2014, p. 17), “[e]mbora haja desigualdade na alfabetização entre mulheres e homens, há mulheres alfabetizadas com segundo grau completo, porém que atuam no mercado informal”. Mas isso não quer dizer que as mulheres não atuam no mercado formal. Conforme a última autora mencionada, o mercado de trabalho formal em Guiné-Bissau apresenta sim a atuação das mulheres, mesmo sendo uma ínfima participação (SANCA, 2014).

Na sua pesquisa realizada em duas empresas sediadas em Guiné-Bissau, Orange e Ecobank, Sanca Ilda (2014) conclui que os dados mostram a importância da educação superior das mulheres para se empregarem nestas duas companhias empresariais e que o nível da escolaridade determina a posição que estas mulheres ocupam nessas empresas. Ela realizou a pesquisa com 30 mulheres, na qual 73% têm formação superior completo, 13% têm formação superior incompleto, 10% têm ensino médio completo e apenas 3% não possuem ensino médio completo. Quanto à ocupação dos cargos, as funcionárias com baixa escolaridade, ou seja, com ensino médio incompleto (até 7ª classe completo ou não), ocupam pequenos postos, em destaque “assistente e atendente”. Já as demais categorias ocupacionais são reservadas para o nível de ensino superior. “Com base nisso, podemos também afirmar que quanto maior for o nível de escolaridade, das mulheres entrevistadas nas duas empresas, maior serão as chances de elas ocuparem cargos de altos prestígios” (SANCA, 2014, p. 45). No exemplo dela: Conselheira comercial, Operadora de caixa, Gestora de RH, Responsável da área jurídica, etc.

4.4.4. Os homens no mercado de trabalho em Guiné-Bissau

É de grande clareza e conhecimento de muitas pessoas que o homem (pessoa do sexo masculino), desde a existência da humanidade que conhecemos, conforme as literaturas, é um ser que dominou o mundo e continua a ser dominador em relação à mulher na maioria dos aspectos da vida. Porém, o desenvolvimento das sociedades levou ao surgimento das mulheres que passaram a chefiar nos lares, tais sociedades são matriarcais, e estas mulheres forjaram as divisões dos espaços sociais a partir das lideranças que exercem nos lares.

Até hoje podemos perceber tal domínio através dos preconceitos nas nossas culturas e modos de relações entre homem e mulher, na qual este primeiro se apresenta como superior. No mercado de trabalho capitalista, também não seria diferente, o homem é entendido como aquele que sai para trabalhar, enquanto a mulher cuida de casa e dos filhos,

fato este que mudou bastante atualmente em várias sociedades, através de já mencionadas conquistas das mulheres. Em Guiné-Bissau, o mercado de trabalho formal conta com presença de muito mais homens do que das mulheres. Esta desigualdade vem acontecendo desde o acesso à escola, na qual os homens são privilegiados, conforme mostra o relatório sobre a situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau:

Ainda a frequência escolar é fraca na Guiné-Bissau. Somente 67% das crianças com idade para o ensino primário são efetivamente escolarizadas e em relação ao secundário a taxa líquida de frequência é de 24% (isso quer dizer que 24% das crianças com idade para o secundário, estão efetivamente a frequentar este nível). As meninas e os rapazes frequentam mais ou menos na mesma proporção o nível primário; o índice de paridade entre os sexos no nível primário é de 0,94. Entretanto no nível secundário o índice de paridade baixa para 0,73, o que demonstra que temos menos meninas a frequentarem as escolas do ensino secundário, comparativamente com os rapazes (LGDH, 2012, s/p).

De acordo com Sanca Ilda, na sua pesquisa mencionada anteriormente, as empresas (Orange e Ecobank) que ela pesquisou valorizam muito a educação no processo de empregar funcionário, de acordo com os dados, o nível de escolaridade determina os cargos a serem ocupados (SANCA, 2014). Nessa ótica, levando em consideração os dados de frequência escolar dos homens e das mulheres conforme mostra o relatório da LGDH citado acima, podemos dizer que a presença dos homens no mercado de trabalho formal é maior que a das mulheres. E para acrescentar, segundo Ilda, o mercado de trabalho formal de Guiné-Bissau conta com uma participação ínfima das mulheres (SANCA, 2014). Então, com base na referida pesquisa, pode-se dizer que o homem domina o mercado formal.

Contudo, mesmo com a presença majoritária dos homens no mercado de trabalho formal, eles também passam por muitas dificuldades e problemas neste setor. Eles podem ter suas vantagens em relação a elas, mas ambos os sexos se encontram numa situação precária de emprego, embora as mulheres sofram mais, como já citamos. Conforme mostrado no Documento quadro para uma política de emprego na Guiné-Bissau, “a larga maioria dos guineenses trabalha fora e está envolvida em atividades económicas de baixa produtividade no setor agrícola ou no setor informal (urbano ou rural)” (GUINÉ-BISSAU, 2002, p. 6-7). O mesmo documento relata ainda que:

O desenvolvimento do emprego produtivo não acompanhou o aumento da oferta de mão-de-obra: de acordo com as perspectivas demográficas (simples e aplicadas), a Guiné-Bissau conhecerá, entre 2001 e 2015, um aumento rápido dos efetivos que integram o grupo etário 10-59 anos. Com efeito, o crescimento médio anual dos “potencialmente ativos” e dos “ativos”, naquele horizonte temporal, será anualmente de 2,2% e 1,7%, respectivamente (GUINÉ-BISSAU, 2002, p. 6).

O mesmo documento mostra ainda que a taxa média de desemprego duplicou nos últimos quinze anos, situando em torno de 12% e ainda estava previsto que atinja cerca de 20% em 2005, a não ser que desenvolvessem ações vigorosas para inverter tal tendência. E para mostrar a desigualdade e vantagem do homem em relação à mulher, este documento mostra também que, “[c]ada vez mais as mulheres estão sobre - representadas entre os desempregados e marginalizadas do desenvolvimento e ocupam-se, frequentemente, em atividades produtivas pouco remuneradoras” (GUINÉ-BISSAU, 2002, p. 7).

4.5. CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DE GUINÉ-BISSAU

Em 1997, a economia da Guiné-Bissau aderiu efetivamente a União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA), o que não demorou muito tempo para ser gravemente afetada durante o conflito político-militar de 1998-1999 na qual houve muita perda de vidas humanas, a destruição das infraestruturas económicas e sociais e o êxodo do seu já frágil capital humano (GUINÉ-BISSAU, 2002).

Conforme o relatório sobre o Desenvolvimento Humano publicado pelo PNUD em 2001, Guiné-Bissau assumiu 156^a posição entre os 162 países recenseados para a classificação do Desenvolvimento Humano, mostrando que grande parte de sua população vive em uma situação de pobreza que atinge majoritariamente as zonas rurais (GUINÉ-BISSAU, 2002).

De acordo com a Secretaria de Estado da Solidariedade Social e Emprego (2002), menos de 1 dólar americano (USD) por dia é a subsistência de cerca de 88% da população guineense e 94% vive numa distância calculada de mais de uma hora em relação as escolas primárias, aos centros de saúde e aos mercados de aprovisionamento. Este documento ainda relata que a maioria da população ativa, pouco ou nada qualificada, não possui emprego que lhe permita assegurar rendimentos suficientes e regulares. A mesma fonte mostra ainda que a insuficiência de equipamentos sociais (educação, saneamento básico e saúde) contribuiu fortemente para as degradações das condições de vida: o analfabetismo atinge mais de dois terços dos adultos, pouco mais de metade da população tem acesso a água potável, a esperança média de vida não atinge os 45 anos, etc. (GUINÉ-BISSAU, 2002, p. 2).

Guiné-Bissau adotou um regime de planificação centralizada da economia, isto é, após a independência, envolvendo-se diretamente em atividades produtivas, através de empresas estatais sobre-dimensionadas, limitando assim todas as iniciativas privadas (GUINÉ-BISSAU, 2002).

Por outro lado, os decisores, à revelia das prioridades aparentemente concedidas à agricultura, privilegiaram uma política de desenvolvimento baseada na industrialização, com investimento em projetos industriais inadaptados à realidade do país e que se saldaram em fracassos, tendo contribuído para criar distorções de preços, enormes distorções relativamente às produções agrícolas e às exportações e, sobretudo, para o grande endividamento do país que, por sua vez, limita fortemente a capacidade do país para mobilizar novos recursos financeiros (GUINÉ-BISSAU, 2002, p. 2).

Basicamente, o texto citado acima mostra uma situação de fracasso econômico que foi provocado pelos privilégios concedidos a uma política de desenvolvimento através de projetos industriais, sem considerar as aparentes prioridades dadas à agricultura; projetos que não se adaptam com a realidade do país, causando assim distorções de preços em relação à produção agrícola e às exportações; e, ainda, colocam o país em dívida, fragilizando sua capacidade de mobilização a novos recursos financeiros.

Consta no documento, o quadro para uma política de emprego em Guiné-Bissau, que “a longa luta de libertação (1963-1974) contribuiu para a desestruturação económica, reduzindo a área agrícola utilizada a cerca de um terço.” (GUINÉ-BISSAU, 2002). O que está na base da referida desestruturação da economia no período da libertação, segundo Peter Mendy (1993, p. 8) é, “a falta de engajamento do Estado colonial no desenvolvimento agrícola, [...] eram importantes fatores desencorajadores do aumento da produção camponesa.”. Ele mostra que este comportamento é muito claro na quase total negligência de infraestruturas vitais por parte deste Estado, tais como: rede rodoviária escassa, inadequado sistema de transportes, inexistência de créditos ou serviços de extensão, pesquisa e desenvolvimento agrícola insignificantes, serviços de educação e de saúde rudimentares. O autor ressalta ainda que apenas nos finais dos anos sessenta e início dos setenta, houveram alguns melhoramentos das infraestruturas sociais e económicas do território, que resultou de uma política denominada “Guiné Melhor”, a qual o então governador António de Spínola se sentiu obrigado a implementar, mas, conforme as palavras do autor, “foi de fato muito pouco demasiado tarde” (MENDY, 1993).

De acordo com Picado Horta (1965 apud MENDY, 1993, p. 8), “em 1965, a economia agrária ainda era caracterizada pela inexistência de uma estrutura institucional básica orientada para o desenvolvimento”. Mendy (1993) enfatiza que o baixo nível de desenvolvimento industrial que Guiné-Bissau apresenta é devido à fraca atuação do colonialismo português no país. Consta também no “documento quadro para uma política do emprego na Guiné-Bissau” (2002), que o privilégio da industrialização por uma política de desenvolvimento é feito por decisores em detrimento do setor agrícola.

Assim entendemos que a luta de libertação pode ter contribuído na desestruturação da economia, de tal modo que reduziu a área agrícola a um terço. Mas também que a economia, em geral, herdada do governo colonial era insuficiente e, em particular, a economia agrária não era bem estruturada. E, conforme mostra Mendy (1993), as poucas atividades industriais (descasque de arroz, extração de óleo de palma e de amendoim, a produção de sabão, madeira e tijolo), contribuíram muito pouco; segundo Jiu (1972 apud MENDY, 1993), uma contribuição de apenas 1,3% do PIB.

No setor das pescas, conforme relatado no documento quadro para uma política do emprego em Guiné-Bissau, foi privilegiado uma política para venda de licenças sem se importar com a integração deste setor na economia nacional. Esta política, aliada à inexistência de um ambiente propício à realização de negócios e abundantes ajudas que o país recebia, contribuíram para o não incentivo do governo a promoção das empresas mistas que acabaram por desaparecer (GUINÉ-BISSAU, 2002).

O setor florestal também não contribuiu para a criação de empregos, devido à falta de financiamento e de incentivos para a criação de empresas de trabalho nesse setor. O país limitou-se a vender “toros” (barrotes ou postes de madeira) e sem adição de mais-valias (GUINÉ-BISSAU, 2002). O mesmo documento ressalta, deste modo, devido às opções políticas preferidas, diminuíram-se as oportunidades nas zonas rurais e cria-se as oportunidades ilusórias nos centros urbanos, principalmente em Bissau, provocando assim o êxodo rural (GUINÉ-BISSAU, 2002).

No começo dos anos de 1980, através de um processo de reformas econômicas que parte do primeiro Plano do Desenvolvimento Económico e Social, previsto para um período de quatro anos (1983-1986), tentou-se redefinir a função econômica estatal e a aplicação de regras eficientes de gestão nas empresas públicas. Tal tentativa não surtiu efeito devido à “institucionalização” (planificação centralizada) deste processo e porque os problemas que o país enfrentava precisavam de outro tipo de tratamento (GUINÉ-BISSAU, 2002). Sendo assim, foi substituído pelo Programa de Estabilização Econômica (PEE) para um período de dois anos (1983-1984), em vista a corrigir os desequilíbrios internos e externos, promover o crescimento econômico e melhorar a situação social. Com essa adoção, foram verificadas algumas melhorias, como o aumento da exportação e consequentemente aumento da receita tributária e o reaparecimento do setor privado principalmente na área do comércio. Porém, houve necessidade de aprofundar algumas medidas no PEE. Criou-se, então, o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), devido aos determinados equilíbrios que subsistiam na economia (GUINÉ-BISSAU, 2002).

O setor do comércio foi privilegiado nos meados dos anos oitenta (1987), o que ocorreu devido a política de liberalização económica lançado pelo governo na época (GUINÉ-BISSAU, 2002). O mesmo documento explica:

Assim, e porque os restantes sectores, por falta de medidas efetivas de fundo que eliminassem os constrangimentos originados pela adopção de políticas pouco favorecedoras das zonas rurais (saída do Estado do sector agrícola, eliminação efetiva do controlo de preços, etc.), não se reestruturaram convenientemente, o que levou à manutenção do êxodo rural e, por falta de outras possibilidades de emprego, a que a economia se tornasse gradualmente mais informal e quase totalmente dominada pelo sector informal comercial. (GUINÉ-BISSAU, 2002, p. 3).

Em linhas gerais, o privilégio do setor comercial, de modo que, por não eliminar os constrangimentos causados pelas políticas que pouco favoreceram as zonas rurais, como as que foram mencionadas acima, fez com que os restantes setores não se reestruturassem por conveniência, provocando assim emigração das zonas rurais, e a economia se tornou gradualmente informal, principalmente no setor comercial faltavam outras possibilidades de emprego.

De acordo com o segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP II), a economia de Guiné-Bissau conheceu nova dinâmica de crescimento a partir de 2008, o que aconteceu só depois de um longo período de recessão. Apesar de algumas situações, como a instabilidade política e institucional, graves carências de infraestruturas económicas de base (incluindo a energia e transporte), o impacto das crises económica internacional e do petróleo; a taxa de crescimento real foi de 3,1% entre 2008 e 2009. Esta taxa estava prevista para atingir 3,5% em 2010, o que foi largamente impulsionado pela agricultura; embora a cadeia de produção e exportação da castanha de caju tenha sofrido uma contração de quase 30% durante a crise económica mundial, esta taxa atingiu 6,3% em 2009 (MEPIR, 2011).

Tal crescimento económico conta com a importante participação das mulheres que, conforme o segundo Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza (ILAPII/2010), 77,1% delas ativas, ocupam-se no setor primário e cerca de 23,0% no setor terciário (serviços), dos quais 12% atuam no subsector comércio. Elas contribuem para o desenvolvimento da produção agrícola, pecuária e pesca; desenvolvimento do setor informal (meio urbano e rural, especialmente no comércio) e trabalho doméstico, contribuíram para uma melhoria do nível de vida das famílias e para o crescimento do PIB. Porém, várias razões levaram a considerar o nível de sua produção e produtividade como sendo fraco, particularmente, as dificuldades de acesso aos fatores de produção (MEPIR, 2011).

Alguns resultados concretos têm sido observados com a reforma feita nos anos 2008-2010, nomeadamente na estabilização macroeconômica e da melhoria da gestão financeira pública. O défice orçamental de 10% do PIB entre 2005-2007 foi reduzido para 3,2% em 2008 e 3,0% em 2009, tudo graças a uma maior mobilização das receitas internas e controlo das despesas (incluindo salário dos funcionários públicos, 75% das receitas públicas) (MEPIR, 2011). “Com o apoio dos parceiros, o Governo iniciou programa de relançamento dos investimentos públicos e o pagamento parcial da dívida interna ao sector privado” (MEPIR, 2011, p. 14).

Nos últimos anos, também foram realizadas reformas estruturais no sentido de modernizar a administração pública: como recenseamento biométrico dos funcionários públicos (na qual identificaram quatro mil funcionários fantasmas), adoção de uma nomenclatura orçamental harmonizada com as diretivas da UEMOA e a instalação de um Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas (SIGFIP); e a melhoria do ambiente do negócio através de adoção de um novo código de investimento e do regulamento da Organização para a Harmonização em África do Direito dos Negócios (OHADA acrónimo francês: *Organization pour l’Harmonisation en Afrique du Droit des Affaires*), estabelecimento de um “guichê” único (única caixa) para facilitar a criação de empresas e a criação do Tribunal Comercial etc. (MEPIR, 2011).

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1. MÉTODOS DE PESQUISA

Para a realização da pesquisa, utilizaremos a técnica de triangulação, uma combinação de metodologias diferentes na nossa pesquisa, para estudar o nosso problema. O objetivo desta técnica é abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto de estudo conforme diz Goldemberg (2004). Para isso, aplicaremos o método Misto, na qual integraremos a pesquisa qualitativa e quantitativa, que nos permitirá conceber ideias mais amplas e inteligível da complexidade do nosso problema, como escreve Goldemberg (2004). De acordo com Queiroz (1999, p. 19), “a visão quantitativa de um problema pesquisado e o seu universo se encontra, assim, claramente subordinada a visão qualitativa que tanto a precede quanto a segue”.

5.2. TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

A nossa pesquisa vai apresentar um carácter exploratório e descritivo. Segundo Gil (2010, p. 27-28), o primeiro serve para “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e

ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” e o segundo objetiva principalmente “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Na base disso, procuraremos analisar e comparar os dados numéricos obtidos através dos questionários que aplicaremos à amostra, a qual vamos delimitar depois, na segunda parte da pesquisa, de acordo com as possibilidades e disponibilidade do público alvo.

Também aplicaremos entrevista qualitativa, assim que possível, que serão destinadas aos recém-formados da UNILAB e UFC que regressaram para Guiné-Bissau. Isto é, para ter mais campo de análise e interpretação. Segundo Bauer e Gaskell (2002), esse tipo de entrevista exige que o pesquisador tenha a compreensão do mundo da vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados. Os mesmos autores mostram que esse tipo de entrevista objetiva amplas descrições, desenvolvimento conceptual e teste de conceitos; além disso, é muito importante na combinação com outros métodos (BAUER e GASKELL, 2002).

6 IMPRESSÕES DA PESQUISA

A impressão que temos da pesquisa é que os recém-formados, ao voltarem ao país de origem, Guiné-Bissau, deparam-se com muitas dificuldades para entrar no mercado de trabalho, de modo que acabaram por procurar qualquer jeito de ganhar dinheiro. Deste modo, algumas das formas de estes se inserirem no mercado de trabalho são: ser empregado/a em uma empresa de família ou empresa em que um parente exerce um alto cargo, ou seja, através do nepotismo (daí a razão de não se preocupar muito com o regresso); eles aceitam trabalhar numa área que não tem relação com sua formação; e também podem ter se empregado exercendo trabalhos informais. Acreditamos que, caso eles não conseguissem se empregar e não queiram exercer trabalhos informais, voltam para universidade à procura de um outro nível superior ou outro curso que acham ter melhor empregabilidade.

7 REFERÊNCIAS

AUGEL, M. P. **O Desafio do Escombo**: nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BARROS, M. D. Economia informal e estratégias juvenis em contexto de contingência. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa INEP/Guiné-Bissau**, pp. 01-25, 2010. Disponível em: <http://www.cisa-as.uevora.pt/download/EncontrosEmpreendedorismo/Artigo%20de%20Miguel%20de%20Barros.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa Com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 2ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

GOLDEMBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8 ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2004.

GUINÉ-BISSAU. **Documento Quadro para Uma Política do Emprego na Guiné-Bissau**. Secretaria de Estado da Solidariedade Social e Emprego. Bissau, 2002.

LGDH. **Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau 2010/2012**. Bissau, 2012.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, v. Livro I, 2013.

MELO, S. L. D.; BORGES, L. D. O. A Transição da Universidade ao Mercado de trabalho na Ótica do Joven. **Psicologia: Ciência e Profissão**, pp. 376-395, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n3/v27n3a02.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2017.

MENDY, P. K. A Herança Cononial e o Desafio da Integração. **Soronda**, pp. 3-37, 1993.

MEPIR, M. D. E. D. P. E. I. R.-. **4º Inquérito por amostragem aos Indicadores Múltiplos (MICS4º) & 1º Inquérito Demográfico de Saúde Reprodutiva (IDSR1º)**. Instituto Nacional de Estatística - INE. Bissau, 2010.

MEPIR, M. D. E. P. E. I. R.-. **Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP II)**. Bissau. 2011.

OLIVEIRA, S. R. D.; PICCININI, V. C. Mercado de trabalho: múltiplos (des)envolvimentos. **RAP- Revista de Administração Pública**, pp. 1517-538, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v45n5/v45n5a12.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2017.

QUEIROZ, M. I. P. D. **Reflexões Sobre a Pesquisa Sociológica**. São Paulo: Coleção Textos - FFLCHH/USP, 1999.

SANCA, I. **Inserção das Mulheres no Mercado do Trabalho na Guiné-Bissau**. Monografia [Graduação em Administração]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Administração, Porto Alegre, 2014.

SANDRONI, P. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. São Paulo - SP: Nova Cultural Ltda, 1996.

TEIXEIRA, R. J. D. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o estado**. Recife: UFPE, 2015.

W.B. Guiné-Bissau: perfil do país. **The World Bank**, 2016. Disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/Views/Reports/ReportWidgetCustom.aspx?Report_Nam>

e=CountryProfile&Id=b450fd57&tbar=y&dd=y&inf=n&zm=n&country=GNB>. Acesso em: 30 nov. 2017.